

Aulas voltam em 8 de setembro se SP progredir para 3ª fase de reabertura

Cidades precisarão estar há pelo menos 4 semanas na fase amarela para medida se concretizar

Isabela Palhares
e João Gabriel

SÃO PAULO O governo de São Paulo anunciou nesta quarta-feira (24) que espera retomar as aulas presenciais no estado, com rodízio entre os estudantes, no dia 8 de setembro. A condição para isso, contudo, é que todo o estado esteja durante pelo menos 28 dias (quatro semanas) na fase amarela do plano de reabertura da economia paulista.

Hoje, nenhuma região está nessa fase, que prevê flexibilização com abertura controlada de comércio e serviços a 40% da capacidade, além de bares e salões de beleza. Todas estão na fase vermelha (alerta máximo, sem abertura) ou laranja (controle, com abertura de comércio e serviços a 20% da capacidade). As outras fases são a verde (abertura parcial, a 60%) e azul (normalidade controlada).

Segundo o governador João Dória, (PSDB), o plano de volta às aulas engloba de creches a universidades, da rede estadual e municipal, e também serve como recomendação às entidades privadas. O plano completo e as condições de retomada, se atingidas ou não, serão anunciados apenas no dia 4 de setembro.

A proposta de volta às aulas presenciais prevê ainda que haverá uma combinação de aulas presenciais e a distância. Desde abril, o governo do estado tem feito aulas remotas para os estudantes da rede estadual — parte dessas atividades continuarão sendo feitas com o uso de tecnologia no segundo semestre. Muitos alunos, porém, não tem participado das atividades.

O governo afirmou ainda que trabalha num projeto cha-



O secretário da Educação de SP, Rossiele Soares, participa remotamente de entrevista da gestão Dória. Divulgação/Governo do Estado de SP

mado "4º ano", que cria um novo ano letivo para os estudantes do último ciclo do ensino médio que desejem complementar a experiência escolar, mas não deu novos detalhes. Esse ano adicional não será obrigatório.

Na primeira etapa da retomada das aulas, as atividades voltam com 35% dos estudantes em sala. Depois, numa segunda fase, serão 70%, até chegar a 100% na terceira. Os protocolos englobam distanciamento entre os alunos, monitoramento das condições de saúde e protocolos de higienização dos ambientes.

Além disso, atividades como feiras, congressos e festas ficam suspensas por tempo indeterminado.

Como condição para o início das aulas com 35% dos alunos, o governo do estado estabeleceu que o município deverá estar na fase 3 de flexibilização da quarentena. Para avançar para 75% de alunos presenciais, apenas quando as cidades estiverem na fase 4.

Os municípios e escolas particulares terão liberdade para definir como será a volta de 35% dos alunos, por exemplo, se voltam apenas com alunos da educação infantil ou

com os estudantes do último ano do ensino médio ou alternando os dias entre as turmas.

O modelo de retomada da graduação nas escolas estaduais será definido em julho.

A suspensão das aulas presenciais, iniciada em março por causa da pandemia do novo coronavírus, atingiu 13,3 milhões de estudantes e 1 milhão de profissionais da educação, o que representa 32% da população do estado, disse o secretário da Educação do estado, Rossiele Soares, que participou da entrevista por videoconferência — ele se recuperou da Covid-19, após pas-

sar 15 dias internado e ter alta no último dia 17.

"Desde que se preserve algo que é uma regra de ouro, o distanciamento de 1,5 metro, [o ensino presencial] poderá voltar na primeira etapa até 35%. É um percentual em que conseguimos cumprir os protocolos, conseguimos fazer um atendimento educacional importante e também processos pedagógicos de preparação", explicou Soares.

O secretário de Educação afirmou que levará até três anos para recuperar a defasagem na aprendizagem durante o período de suspensão

das aulas em São Paulo.

"No surto de H1N1, as aulas ficaram paradas por 15 dias e isso teve um impacto significativo no aprendizado dos alunos na época, com queda de 4 pontos nas avaliações. Por isso, o nosso planejamento de recuperação agora vai até o fim de 2022", disse.

A educação complementar terá regras específicas, segundo ele, de acordo com o plano de afrouxamento da quarentena em São Paulo.

Segundo o governo, não haverá retorno localizado no caso da educação, uma vez que o setor causa grande deslocamento de pessoas entre as diferentes regiões do estado.

Para a segunda fase do retorno, 60% das regiões precisam estar na etapa verde da flexibilização da quarentena por mais de 14 dias e, para a última etapa da retomada, 80% das regiões precisam se estar nessa situação. A fase verde é a penúltima da escala.

"Se uma região porventura regressar [...], nós vamos tratar a exceção naquela região, mantendo o estado aberto", afirmou Soares.

Segundo as diretrizes do governo, serão proibidas feiras, palestras, seminários, competições, campeonatos esportivos, comemorações ou assembleias.

Será obrigatório o uso de máscaras, que serão distribuídas pelo governo, tanto dentro do estabelecimento de ensino, mas também nas vans escolares. Não será permitido o uso dos bebedouros compartilhados, e serão disponibilizados canecas e garrafas para estudantes e funcionários.

Evidentemente, quem apresentar sintomas, será afastado das atividades.

O decreto definitivo sobre a volta às aulas no estado de São Paulo será publicado no dia 2 de julho, afirmou Soares.

As regras de retomada das aulas presenciais também são válidas para o ensino superior público e privado. No entanto, USP, Unesp e Unicamp, as três principais universidades do estado, já informaram que só devem retomar as aulas práticas e alunos concluintes.

Fases de abertura gradual da quarentena em São Paulo

Desde 1º jun, as cidades avançam ou não de fase segundo a evolução local da doença

Divisão por Departamento Regional de Saúde

- Fase 1
- Fase 2
- Fase 3
- Fase 4
- Fase 5



*como esportivos
Fonte: Governo do estado de São Paulo

■ Sim ■ Aberto com restrições ■ Não ■ A ser definido

Atividades econômicas	Fase 1	Fase 2	Fase 3	Fase 4	Fase 5
Espaços públicos	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Atividades imobiliárias	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Concessionárias	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Escritórios	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Bares, restaurantes e similares	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Comércio	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Shopping centers	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Salões de beleza	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Academias	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Teatros e cinemas	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Eventos que gerem aglomerações*	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Indústria não essencial	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Construção civil	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Educação	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições
Transporte	Sim	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições	Aberto com restrições

Escolas privadas preveem demissões, e públicas ameaçam greve

SÃO PAULO Com o anúncio de que as aulas presenciais em São Paulo só poderão ser retomadas a partir de setembro, segundo critérios do governo estadual, as escolas particulares temem a perda de mais alunos e de terem que demitir professores. Já os docentes acham precoce o retorno.

Representantes dos professores de escolas públicas dizem, por sua vez, que os docentes receberão a notícia com preocupação, numa decisão que avaliam como "prematuro" e "incerta", o que pode levar à paralisação da categoria.

O anúncio surpreendeu os colégios particulares, que se programavam para voltar com parte dos alunos em julho ou agosto. Como o governo João Dória (PSDB) autorizou a reto-

mada de comércio e serviços, muitas famílias precisam das escolas abertas para que possam voltar a trabalhar.

"Desde que anunciaram a abertura do comércio, a escola particular começou a se preparar para receber os alunos dessas famílias", afirmou Benjamin Ribeiro, presidente do Siesesp (sindicato das escolas particulares do estado).

Para a entidade, as famílias, sobretudo as com crianças pequenas, podem ter de recorrer a outros serviços, como babás ou mães crecheiras. "As famílias não irão continuar a esperar a escola abrir enquanto precisam trabalhar", disse.

Levantamento do sindicato aponta que as creches (que atendem crianças dos 0 aos 3 anos) perderam ao menos 10%

das matrículas desde o início da pandemia, o que representa mais de 53 mil alunos.

"As famílias não vão continuar com os filhos na escola sabendo que eles só terão mais três meses de aula. E os colégios estão em situação financeira complicada e vão ter que demitir professores", afirmou.

Arthur Fonseca, diretor da escola Uirapuru e membro da Abepar (associação de escolas particulares), também avalia que o plano de retomada das aulas deveria ter considerado a situação das famílias com crianças pequenas. "As realidades são distintas e deveria haver um plano específico para a educação infantil, com uma retomada antecipada".

Os professores da rede particular temem as demissões até

setembro e também o aumento da carga de trabalho após a retomada das aulas.

Segundo eles, as escolas não avaliam estender o ano letivo no próximo ano e devem aproveitar sábados e emendas de feriados para completar as 800 horas letivas em 2020.

Outra preocupação é a de que não consigam manter as aulas todos os dias. Como sempre haverá 35% da turma em sala, os docentes terão de estar presentes na escola todos os dias. Os alunos que não estiverem em sala, porém, poderão se ver à deriva, já que não restará tempo para preparar as aulas online, que exigem outro tipo de trabalho, sobretudo no caso do fundamental I, em que não há rodízio de matérias.

Os sindicatos de professores das redes municipais e estaduais de São Paulo avaliam que o anúncio da reabertura das aulas é precipitado.

Eles afirmam que o estado continua a registrar recordes de novos casos e que não há garantia de segurança para a volta às aulas.

"O estado tem recorde atrás de recorde e quer colocar 5 milhões de estudantes nas escolas estaduais. Antes de retomarmos, o governador terá que apresentar um plano bem estruturado do que fará nas unidades para garantir o distanciamento e quantos professores irá contratar já que as turmas serão reduzidas", disse a deputada Maria Izabel Noronha (PT), presidente da Apeoesp (principal

sindicato da categoria).

"Acreditamos que não era o momento ainda de se anunciar, porque não se sabe como estará a situação até setembro. Muitos professores já entram em contato conosco, antecipando que não irão voltar às escolas caso não haja mais certeza sobre a segurança contra a transmissão do vírus", diz Sílvio dos Santos Martins, 2º vice-presidente do Centro do Professorado Paulista.

O Sinpееem (sindicato dos professores da rede municipal) também afirmou não considerar que haja segurança para a retomada das aulas, sobretudo para a educação infantil onde não é possível garantir o distanciamento de alunos e professores.

com o Agorá